

NOVAS CARTOGRAFIAS LINGÜÍSTICAS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Ataliba T. de Castilho
CNPq/USP

Presidente da *Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*

Introdução

Que se aprende historiando comparativamente os estudos lingüísticos no Brasil e na América Latina? Que rotas vêm sendo percorridas por essa ciência em nosso subcontinente? Que papel pode ter a Lingüística na inadiável tarefa de promover a interação científica entre nossos países? Quais seriam as responsabilidades de nossas associações científicas no contexto latino-americano?

Perguntas muitas, que demandam esforços de muitos, e a que é impossível responder no curto lapso de tempo de uma conferência. Preocupações muitíssimas, que precisam necessariamente ser compartilhadas neste espaço, generosamente oferecido pela Colega Cristina Altman. Urgência mais que urgente de que as nações latino-americanas se conheçam, se integrem, dêem fim à ignorância mútua que ainda assinala sua hora atual, e busquem finalmente na cooperação científica firmar sua identidade num mundo em rápidas mudanças, em que apenas os grandes blocos sócio-econômicos têm voz e vez.

Reduzindo o traço sobre o mapa e a mirada que podemos deitar sobre ele, que papel teremos nós, os lingüistas, nessa obra de integração? Que novas cartografias desenharemos, enriquecendo nossas rotas e aumentando os serviços que temos de prestar às nossas comunidades?

Para encaminhar algumas respostas a um debate que, insisto, será necessariamente longo, dividi este texto em três partes (1) áreas de pesquisa lingüística na América Latina; (2) breve história comparada da Lingüística hispano-americana e da Lingüística brasileira; (3) formas de atuação da ALFAL e das associações latino-americanas de Lingüística, em direção à integração das pesquisas.

1. Áreas de pesquisa lingüística na América Latina

Os lingüistas que trabalham no mundo latino-americano operam num domínio geográfico que já era lingüisticamente complexo antes da chegada dos europeus. Centenas de línguas ameríndias eram faladas por comunidades muito representativas, de que sobreviveram grandes nações, contando-se ainda hoje aos milhões os falantes das “*lenguas ‘mayores’ o ‘generales’, [como el] azteca, maya-quiché, quechua, guarani, mapuche y chibcha*”, como nos lembra oportunamente Cerrón-Palomino (1993: 415).

Por outro lado, a expansão da Europa Latina para estes lados deu origem à “România Nova”, com seu atual e elevado número de falantes de espanhol, português e, em grau menor, de francês, os quais, interagindo com as línguas ameríndias e as línguas africanas trazidas no período colonial e ainda com outras línguas européias e algumas asiáticas, trazidas pelas ondas migratórias do séc. XIX, deram origem a mecanismos curiosamente opostos de conservação de velhas derivas ibéricas e de inovações que talvez melhor se expliquem no contexto românico maior. Essas tendências convivem paradoxalmente em nossas comunidades nacionais e tudo isso ainda está longe de ser explicado.

Para atuar num território assim, deveríamos manter e estimular a busca de conhecimento dessa realidade, dando prosseguimento a projetos coletivos de pesquisa, implementando novos projetos, que objetivem um conhecimento mais acurado da

realidade lingüística latino-americana, as questões do ensino das línguas românicas e das línguas indígenas, e o problema do ensino das línguas estrangeiras.

Documentar e descrever nosso entorno lingüístico tem sido o esforço constante dos lingüistas brasileiros e hispano-americanos nas últimas décadas, o que vem sendo feito em quatro áreas: as pesquisas sobre as línguas indígenas, as pesquisas sobre as línguas românicas para cá trazidas, as pesquisas sobre os crioulos de base espanhola, portuguesa e francesa, e as pesquisas sobre a riquíssima literatura latino-americana. Não vou resenhar tudo isso, apenas sublinharei que será muito importante que as novas gerações cuidem equilibradamente desses domínios.

Com respeito à Lingüística Indígena, progrediu sem dúvida nosso conhecimento na área, graças à entrada em ação de novos pesquisadores. Uma questão ainda insuficientemente debatida, se não erro, é a da incorporação de indígenas no trabalho de descrever sua própria língua. Em diversas ocasiões os especialistas se puseram esta questão, que aparece, por exemplo, nestas palavras de Munõz (1990: 429): *“Resulta manifesta la ausencia de los hablantes indígenas en la teoría y práctica de la investigación lingüística, tendencia que abre el riesgo de una intervención manipuladora o tergiversadora del investigador en torno a la situación en estudio. Hace falta, por tanto, una política de integración y formación de agentes-investigadores indígenas en la práctica científica de la lingüística”*.

As questões do ensino não devem ser descuradas, firmando-se aqui, talvez mais que em outras perspectivas, a responsabilidade social dos lingüistas. A alfabetização, o ensino da leitura e da redação, e ainda as reflexões sobre a gramática internalizada de nossos alunos de ensino fundamental e médio poderiam ser objeto de vários grupos de pesquisa. É preciso, a este respeito, enterrar de vez um velho fantasma: o de que a Lingüística Aplicada é um domínio menor, e apenas em Lingüística Teórica e Descritiva se faz pesquisa de valor. Essa é a voz do passado, que deve ser esquecida, para que não nos insulemos numa magnífica inutilidade, adiando tarefas urgentes.

Comparando a educação indígena ao ensino do espanhol e do português como L1, surpreende-se uma curiosa convergência de rumos.

No caso do espanhol e do português, depois de décadas de transmissão em sala de aula do conhecimento enumerado nos “programas oficiais de ensino”, e empacotado nos livros didáticos, começa atualmente uma nova ação dos professores, ainda tímida, voltada para a produção do conhecimento em sala de aula, vale dizer, para a exteriorização do conhecimento lingüístico que os alunos trazem para a escola. Deste patamar, parte-se para o domínio de outras modalidades da L1 que eles ignoram, como é o caso da língua escrita, em suas variedades corrente e literária. Inverte-se a ordem dos conteúdos, e altera-se a relação professor-aluno, transformando-se as salas de aula em lugar de indagação, de busca. Ou seja, renunciando a dar aos alunos respostas a perguntas que eles não formularam, devemos ajudá-los a apresentar suas próprias questões, numa forma ordenada, concentrando sua reflexão na língua que falam. Não posso aqui detalhar essa nova abordagem do velho mister de dar aulas de língua materna, matéria a que dediquei um livrinho publicado em 1998. (Castilho 1998c).

Ora, com respeito à educação indígena, e limitando-me à experiência brasileira, verifica-se que depois da fase da educação com objetivos “civilizatórios” e integracionistas, ministrada sempre em Português, irrompeu a partir de 1970 uma nova fase, a da educação bilíngüe (Oliveira e Oliveira 1996). Constata-se nesse novo momento a “explosão das diferenças” e uma construção identitária alternativa à “nacional”, modificando-se o papel do lingüista, que agora apenas concorre para a *“elucidación conceitual da reflexão lingüística conduzida pelos próprios falantes, que se constituem em pesquisadores de suas próprias línguas”* (Oliveira 1997).

Com respeito ao ensino da ou das línguas estrangeiras, as propostas vão desde a idéia de que os cidadãos deveriam entender bem uma língua estrangeira, mesmo sem a falar, até

uma proposta mais radical, que é a de promover uma educação bilíngüe precoce, desde o nível fundamental, agregando-se uma segunda língua estrangeira no curso médio. Segundo os autores desta proposta, veiculada em 1997 pelo Conselho Europeu de Línguas, os cidadãos monolíngües correm o risco de reduzir-se a “deficientes lingüísticos” no terceiro milênio. Com isso, os objetivos da escolaridade passam a incluir o conhecimento prático de duas línguas, além da língua materna.

Em nosso caso, como escolher tais línguas, levando-se em conta a complexidade latino-americana? Segundo Born, que compara a situação latino-americana à européia, “*transferir este modelo de multilingüismo para o Mercosul significaria já de momento que todo tipo de comunicação interna ou externa deveria ser traduzido em três línguas: espanhol, português e guarani, dado que este último é idioma nacional de um país-membro, o Paraguai*”. Esse mesmo autor enumera um conjunto de medidas didáticas que os estados membros devem tomar, tais como criar ambientes favoráveis ao estabelecimento de um ensino mais intensivo de línguas estrangeiras em qualquer tipo de escola, e fazê-lo desde a juventude, ensinar disciplinas tais como a história, a geografia e as ciências naturais em línguas distintas da materna, promover uma integração maior dos idiomas vizinhos no sistema escolar, e neutralizar o exclusivismo do inglês como primeira língua estrangeira a aprender (Born 1996).

2. Breve história comparada da Lingüística hispano-americana e da Lingüística brasileira

Como esse complexo quadro lingüístico vem sendo explorado pelas lideranças latino-americanas?

Dois textos bastante instigantes exerceram uma influência decisiva no planejamento e na execução de uma política lingüística no Brasil, e estou seguro que em algum momento a Historiografia da Lingüística tornará mais nítida essa influência. Refiro-me ao artigo de Aryon Dall’Igna Rodrigues intitulado “Tarefas da Lingüística no Brasil”, publicado em 1966, e ao livro de Juan M. Lope Blanch, *La Filología Hispánica en México: tareas más urgentes*, publicado em 1969: Rodrigues (1966), Lope Blanch (1969). Esses dois textos apresentam uma notável confluência quanto aos propósitos organizacionais ali expostos. Minha geração neles encontrou estímulos bastante poderosos, no momento em que eram tomadas decisões sobre o rumo científico a definir, tanto no domínio pessoal quanto no institucional. É hora de prosseguir na execução das tarefas aí sugeridas, tomando-se em conta, naturalmente, as novas indagações científicas que ora se fazem. Na verdade, novas lideranças deveriam re-escrever tais planos, tendo em vista as novas conjunturas científicas e políticas da América Latina.

E como a Lingüística vem enfrentando essa temática nas Américas? Historiar comparativamente a Lingüística hispano-americana e a Lingüística brasileira pode ser de alguma utilidade.

Num trabalho velho de trinta anos, estudei as “Perspectivas da Lingüística na América Latina e no Brasil” (Castilho 1971). Mostro ali que houve dois momentos bem definidos na evolução da Lingüística na América Espanhola.

A primeira fase se materializou graças à influência de grandes personalidades, tais como Rufino José Cuervo na Colômbia, Federico Hanssen, Rodolfo Oroz e Rodolfo Lenz no Chile e Andrés Bello na Venezuela.

Na segunda fase, foram organizados centros ativos de pesquisa, na maior parte fundados por lingüistas europeus, espanhóis em sua maior parte, dotados de linhas de investigação definidas, revistas prestigiosas, intenso intercâmbio com a Europa, e uma política sistemática de tradução dos grandes textos da Lingüística contemporânea. Lembro aqui os seguintes: (1) Argentina: Instituto de Filologia da Universidade de Buenos Aires, fundado por Amado Alonso, com pesquisas em Lingüística Geral, Estilística e dialetologia. Publicações mais importantes: *Revista de Filología Hispánica* (desde 1939, transferida após o

número 8, de 1946, para o México, onde continuou a ser publicada com o título de *Nueva Revista de Filología Hispánica*); *Biblioteca de Dialectología Hispanoamericana* (7 vols., 1930-1945). Também trabalharam na Argentina Pedro Henríquez Ureña, em Buenos Aires, Fritz Krüger e Joan Corominas, em Mendoza. Figuras de relevo: Ana Maria Barrenechea, Beatriz Lavandera, Beatriz Fontanella de Weinberg, Elena Rojas, entre outros. (2) Uruguai: Eugenio Coseriu, primeiro diretor do Departamento de Lingüística, fundado em 1951, Luis Prieto, José Pedro Rona, que se celebrizou por sua teorização sobre a dialetologia na América Latina. (3) Chile: em 1934, criou-se a Seção de Filologia da Universidade do Chile, e em 1943 o Instituto de Filologia, que já no ano seguinte deu início ao *Boletín del Instituto de Filología de la Universidad de Chile*, encerrado em 1969, quando atingia o número 20. Principais figuras: Gastón Carrillo Herrera, Ismael Fuenzalida, Heles Contreras -- que, pela primeira vez, falou, no Brasil, na gramática gerativa, em 1969 --, Luis Cifuentes, Ambrosio Rabanales, Lidia Contreras. (4) Peru: em 1936 foi fundado o Instituto de Filologia, hoje Departamento de Filologia e Lingüística, na centenária Universidade de São Marcos, publicando a revista *Sphinx*, creio que hoje descontinuada. As principais figuras são Luís Jaime Cisneros, Miguel Ángel Ugarte, Alberto Escobar, e o extraordinário quechuísta Rodolfo Cerrón Palomino. (5) Colômbia: com a fundação do Instituto Caro y Cuervo, em 1942, a Colômbia desfrutou da posição mais sólida na América Espanhola. Além de uma excelente biblioteca e de uma editora muito produtiva, o Instituto abriga os Departamentos de Lexicografia (Fernando A. Martinez), Dialetologia (Luiz Flórez), Bibliografia, História Cultural, Filologia Clássica. O Instituto ministrava nos anos 70 cursos de pós-graduação, e publica a excelente revista *Thesaurus*, desde 1945, inicialmente denominada *Boletín del Instituto Caro y Cuervo*. (6) Venezuela: em 1947 foi fundado o Instituto de Filologia Andrés Bello, na Universidade Central de Caracas, dirigido nos anos 70 pelo notável Ángel Rosenblatt, que acumulou um extenso material sobre a língua espanhola na América. (7) México: além da Universidade Nacional Autônoma do México -- a maior das Américas em número de alunos --, fundou-se em 1939 o Colegio de México, uma sociedade civil autônoma dotada de diversos centros de pesquisa. Ele foi dirigido por largo período pela figura exponencial de Juan M. Lope Blanch, grande impulsor de projetos coletivos de pesquisa, como é o caso, importante para o Brasil, do “Proyecto de estudio coordinado de la habla culta”. (8) Porto Rico: graças ao foneticista Tomás Navarro, publica-se em 1948 o primeiro atlas lingüístico da América Latina: *El Español de Puerto Rico. Contribución a la Geografía Lingüística hispano-americana*.

Prestando atenção às datas acima, vê-se que a América Espanhola organizou fortemente os estudos lingüísticos a partir dos anos 30. Na mesma época, no Brasil, começavam a agir os pioneiros Joaquim Mattoso Câmara Jr., Theodoro Henrique Maurer Jr. e Mansur Guérios. Mas foi preciso esperar até os anos 60 para que se institucionalizasse essa ciência no Brasil, que verdadeiramente explodiu após os anos 70, contando-se hoje em dia mais de 1000 doutores, várias associações científicas, publicações estáveis, diversos e vitoriosos projetos coletivos de pesquisa, associações científicas nacionais e regionais. Esse é o tópico a seguir. Mas não quero deixar de refletir sobre a história inversa da Lingüística nesta parte do mundo. Enquanto o Brasil conta com uma grande efervescência científica, solidificada nas chamadas “décadas perdidas”, as ditaduras militares em nossos vizinhos quase extinguíram o brilhante passado de realizações de nossos colegas. Eis aqui uma nova frente para as pesquisas historiográficas. Eis aqui chegado o momento de uma forte interação com esses colegas, através das associações científicas.

3. Formas de atuação da ALFAL e das associações latino-americanas de Lingüística

A articulação dos grandes blocos de nações na última década deu origem a alguns fatos políticos impensáveis até pouco tempo atrás: a Associação das Nações do Sudeste Asiático

(ASEAN), o Tratado de Livre Comércio entre o Canadá, os Estados Unidos e o México (NAFTA), a União Européia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Como bem reconhece Rainer Enrique Hamel, “a tradicional divisão entre o local, o nacional e o internacional já não se sustenta”, surgindo “terceiras culturas desterritorializadas como a nova cultura empresarial, a eletrônica, a ecologia e múltiplas expressões de sincretismos e hibridações”: (Hamel 1995). Perguntar qual o efeito disso tudo no ensino é a grande questão de hoje.

O MERCOSUL reúne países que se guerrearam no passado, e que até bem pouco tempo nutriam grandes desconfianças uns em relação aos outros. Esse bloco é hoje uma realidade de que devemos nos orgulhar, apesar das naturais trepidações que acompanham a formação de grupos dessa natureza. Além de suas atividades econômicas, esse organismo debate hoje uma política cultural gerida em grande parte pela “Associação das Universidades do Grupo de Montevideu”, AUGM.

A AUGM “foi criada em 1991, poucos meses após a assinatura do Tratado de Assunção, tendo como principal objetivo o fortalecimento da capacidade de formação de recursos humanos, de pesquisa e de transferência do conhecimento entre os participantes e de contribuir para o processo de integração acadêmica em todos os níveis”: (Meneghel 1998). A mesma fonte indica que essa Associação está integrada por cinco universidades argentinas, uma paraguaia, uma uruguaia e cinco brasileiras. Três programas organizam as atividades da AUGM: Programa de mobilidade acadêmica, Programa jovens investigadores e Programa de núcleos disciplinares e comitês acadêmicos. Uma política lingüística vai se delineando nesse órgão, pois o mundo globalizado reclama obviamente a intensificação do ensino das línguas. O espanhol e o português ocupam aí um lugar de relevo, por situarem-se entre as grandes línguas do mundo. Nossas associações científicas deveriam estar atentas a isto.

A consolidação das pesquisas lingüísticas, as atividades de nossos mais de 50 programas de pós-graduação e a expansão do ensino superior deram lugar a uma expressiva proliferação de sociedades científicas em nosso país. Começando pelo pioneirismo da Associação Brasileira de Lingüística e do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, ambos fundados em 1969, e observando as novas associações nacionais (ANPOLL, ABRALIC, ABLA) e regionais (GELNE, GELNO, CELLIP, ASSEL-RIO, CELSUL), conclui-se que algum tipo de discussão deveria ser desenvolvido por esses organismos, sobretudo por aqueles de caráter nacional.

Um pouco antes da fundação da ABRALIN, tinham surgido o Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI), em 1963, e a Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), em 1964. O primeiro desapareceu por volta de 1981, mas a ALFAL não descontinuou sua atuação, desde que o Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi seu primeiro presidente.

São seus objetivos “fomentar o progresso tanto da lingüística teórica e aplicada e da filologia na América Latina -- especialmente da lingüística geral, da lingüística indígena e da lingüística e filologia hispânicas e portuguesas -- como da teoria e crítica literárias”. A ALFAL conta atualmente com cerca de 1400 sócios, dos quais 800 ativos, residentes em praticamente todos os países das Américas (Antilhas Holandesas, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Paraguai, República Dominicana, Uruguai, Venezuela), além de vários países da Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Suécia), da Ásia (Coréia, Japão) e ainda a ilha-continente, a Austrália.

A ALFAL realizou até aqui doze congressos internacionais, dos quais dois no Brasil: o segundo na USP, em 1969, e o nono na Unicamp, em 1990. Ela publica desde 1989 a revista *Lingüística*, de que saíram 10 números publicados, sendo que o número 11, previsto para junho próximo, é um excelente retrato da Lingüística Brasileira. Edita ainda as *Atas de Congressos* (11 volumes, alguns com vários tomos), os *Cuadernos de Lingüística* (9 volumes) e o

Boletín Informativo (11 números). Para maiores informações, consultar a página <www.alfal.org>.

São do maior interesse suas Comissões de Pesquisa, integradas por especialistas que organizam uma agenda de trabalhos, cujos resultados são apresentados nos congressos internacionais. A atual Diretoria está se esforçando para ampliar seu número, desde que garantida uma ação científica que aproxime hispanistas, lusitanistas e indigenistas à volta de temas de comum interesse. Se essa política der certo, o XIII Congresso, a realizar-se na Costa Rica, em 2002, poderá ser uma boa amostra dos temas que deverão ocupar os lingüistas, filólogos e teóricos da literatura nas primeiras décadas do novo século.

Uma ação articulada nesse domínio poderá romper com as barreiras atuais, que separam no interior da ALFAL os amerindianistas, os hispanistas e os lusitanistas. De fato, não vale a pena manter uma sociedade internacional se em seus congressos os diferentes grupos se mantêm impermeáveis uns em relação aos outros, se se perde uma grande oportunidade de interação e de realizações científicas conjuntas. Basta compulsar os volumes das Atas e a revista *Lingüística* para constatar que a ALFAL não retrata em suas atividades atuais a complexidade lingüística da América Latina, tendo-se ultimamente transformado num apêndice da Espanha. Para comprovar isto, basta compulsar os primeiros 8 números dessa revista. Limitando a observação aos 25 artigos e aos textos menores publicados até o número 8 (1996), e deixando de lado as resenhas, encontram-se os seguintes percentuais: Lingüística Espanhola (21 artigos, mais um sobre o catalão), 88%; Lingüística Portuguesa (2 artigos), 8%; Lingüística Ameríndia (1 artigo), 4%. As áreas cobertas por esses artigos são as seguintes: Sintaxe, 31%; Teoria Lingüística e metodologia, 20,7 %; Lexicografia, 17,2%; Sociolingüística, 10,3%; Lingüística Histórica, 10,3%; Fonologia, 7%; Morfologia, 3,5%. Há um silêncio embaraçoso quanto à Semântica, à Psicolingüística, à velha Dialectologia, para não mencionar as áreas mais recentes da Pragmática e da Historiografia Lingüística.

Os valores percentuais referentes à Lingüística Portuguesa sofrerão alguma melhoria, depois que se publicar o número 11, dedicado à Lingüística Brasileira, com artigos de Cristina Altman, “Da ‘Insula Vera Crux’ a ‘Terra Brasiliensis’: continuidades e descontinuidades na produção lingüística brasileira”; Heitor Megale e César N. Cambraia, “Filologia Portuguesa no Brasil”; Eleonora Cavalcante Albano, “O Português Brasileiro e as controvérsias da Fonética atual: pelo aperfeiçoamento da Fonologia Articulatória”; Margarida Basílio, “A Morfologia no Brasil: indicadores e questões”; Maria Helena Moura Neves, “Estudos funcionalistas no Brasil,” Mary Kato, “Estudos brasileiros na perspectiva da gramática gerativa”; Rosa Virgínia Mattos e Silva, “Orientações atuais da Lingüística Histórica brasileira”; Ingedore G. Villaça Koch, “O desenvolvimento da Lingüística Textual no Brasil”; Diana Luz Pessoa de Barros, “Estudos do Texto e do Discurso no Brasil”; Dinah I. Callou, “O Projeto NURC do Brasil: décadas de 70 a 90”; Suzana Alice Marcelino Cardoso, “A Dialectologia no Brasil: perspectivas”; Martha Scherre e Conceição de Paiva, “A Sociolingüística no Brasil.”

Operam atualmente as seguintes Comissões de Pesquisa da ALFAL, algumas das quais têm a responsabilidade de coordenar projetos coletivos:

Comissão de línguas ameríndias I (Coordenador: Ramón Arzápalo). Ver Ramón Arzápalo. “La Comisión de lenguas indoamericanas”. *Boletín Informativo* nueva época, año 1, número 1, 1997: 25. Esta Comissão opera com as línguas do México e do Caribe.

Comissão de línguas ameríndias II (Coordenadora: Lucy Seki). Esta Comissão opera com as línguas da América do Sul.

Comissão de estudo coordenado da norma lingüística culta (Coordenador: Juan M. Lope Blanch). Ver José Antonio Samper Padilla -- Criterios metodológicos del ‘Macro-corpus’ de la Norma lingüística culta de las principales ciudades del mundo hispánico. *Lingüística* 7: 1995, 263-293.

Comissão de Descrição do Português Falado (Coordenadora: Maria Helena Moura Neves). Esta comissão derivou da “Comissão de Lingüística Portuguesa”, noticiada na revista *Lingüística* 5: 1993, 251-267.

Comissão de história do espanhol da América e das Canárias (Coordenadora: Elena Rojas de Mayer). Ver *Lingüística* 9: 1997, número dedicado a Beatriz Fontanella de Weinberg.

Comissão de Lingüística Histórica do Português (Coordenadora: Rosa Virgínia Mattos e Silva). Esta comissão derivou igualmente da “Comissão de Lingüística Portuguesa”, noticiada na revista *Lingüística* 5: 1993, 251-267.

Comissão de lingüística aplicada ao ensino da língua materna (Coordenador: Pedro Benítez). Ver “Muestra de información bibliográfica del centro de datos de la Comisión de Lingüística Aplicada a la enseñanza de la lengua materna de ALFAL”, *Lingüística* 6: 1994, 207-251.

Comissão de estudo sociolingüístico do espanhol da Espanha e da América (Coordenadores: Francisco Moreno Fernández e Carmen Silva-Corvalán). V. Francisco Moreno Fernández -- “Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y América”, *Lingüística* 5: 1993, 268-271; Francisco Moreno Fernández -- “Metodología del ‘Proyecto’”, *Lingüística* 8: 1996, 257-287.

Comissão de Historiografia Lingüística Latino Americana (Coordenadora: Cristina Altman). O objetivo geral da Comissão de Historiografia Lingüística da ALFAL é procurar integrar pesquisadores interessados na revisão crítica das tradições de pesquisa latino-americanas — lusitanistas, hispanistas e indigenistas — tendo como pano de fundo a reflexão sobre a formação do(s) método(s) lingüístico(s) para o tratamento da diversidade e da universalidade lingüísticas. Sugerem-se aos interessados em participar das discussões no âmbito das sessões de trabalho da Comissão as seguintes linhas gerais de reflexão: a) caracterização das fontes estudadas de acordo com seus modos de descrição; b) caracterização das fontes de acordo com seus modos de representação, tais como o conceito de ‘letra’, ‘palavra’, ‘partes do discurso’, ‘sentença’, ‘texto’; e outras categorias descritivas (caso? tempo? modalidade?); c) explicitação dos pressupostos metodológicos (e eventualmente filosóficos) subjacentes a essas práticas; d) avaliação dos ‘sucessos’ e ‘fracassos’ correlacionáveis a essas práticas, tanto do ponto de vista descritivo, quanto do ponto de vista lingüístico-pedagógico; e) avaliação do (eventual) impacto das tradições latino-americanas de estudo da linguagem e das línguas, na constituição de uma cultura lingüística geral; na constituição de hipóteses sobre tipologias e gramáticas universais.

Comissão de línguas crioulas de base espanhola e portuguesa na América (Coordenadores: Armin Schwegler e Matthias Perl). Ver Armin Schwegler - “La doble negación dominicana y la génesis del español caribeño”, *Lingüística* 3: 31-89, 1991.

Comissão de léxico disponível (Coordenador: Pedro Benítez).

Comissão de difusão internacional do espanhol por rádio, televisão e imprensa. (Coordenador: Raúl Ávila). Ver Raúl Ávila -- “Difusión internacional del español por radio y televisión: unidad y diversidad de la lengua (DIES-RTV)”, *Lingüística* 4: 1992, 371-376.

Comissão Varilex. Variação léxica do espanhol (Coordenador: Hiroto Ueda).

A atual Diretoria da ALFAL está neste momento tomando as seguintes iniciativas, voltadas para a busca da interação entre amerindianistas, hispanistas e lusitanistas que trabalham na América Latina: (1) levantamento das associações de Lingüística e das principais lideranças dos países vizinhos, tendo em vista organizar um banco de dados - um *Quem é quem em Lingüística e Literatura na América Latina* -- uma das excelentes contribuições da ANPOLL, devidas ao denodo do nosso incansável Luiz Antonio Marcuschi; (2) identificação da bibliografia mais relevante produzida pelos dois mundos latino-americanos, o hispano-americano e o luso-americano, para tradução e distribuição em nossos países; (3) criação de novas comissões de pesquisa, para estimular os projetos coletivos em curso desde o tempo do PILEI, e para dar lugar a projetos temáticos; (4) estímulo ao surgimento de novas parcerias, por intermédio da divulgação dos projetos e de seus interesses, através

da página da ALFAL; (4) realização de reuniões regionais, os “alfalitos”, em comum acordo com as sociedades científicas locais; (5) transformação dos congressos num grande momento de encontro, em que são apresentados os resultados dos trabalhos cuidadosamente preparados no intervalo de dois anos e meio que medeia entre um evento e outro.

4. Conclusões

Em suma, uma forte interação deve ser procurada, e procurada com urgência. Este é o papel das associações latino-americanas de Linguística, se querem dar ouvidos ao chamamento da hora presente. Não se trata de atirar novas tarefas aos nossos ombros. Trata-se de procurar parcerias, sempre que forem identificados temas relevantes para o desenvolvimento de nossas sociedades nacionais, em nosso campo de atuação.

Sem dúvida as rotas tão batidas em direção à Europa e aos Estados Unidos não serão abandonadas, nem é esse o caso. Mas as rotas latino-americanas deveriam gozar de alguma prioridade entre as novas gerações dos linguístas que operam no subcontinente. Historiar o desenvolvimento dos caminhos já trilhados pela ciência nesta parte do mundo, identificar as dificuldades para o intercâmbio será um bom começo. Apelo aos presentes para que se filiem à ALFAL e apresentem suas propostas de interação com nossos vizinhos hispano-americanos, escrevendo à Delegada para o Brasil, Dra. Clélia C. A. S. Jubran <clelia@femanet.com.br>. Passo a palavra a vocês. Muito obrigado!

REFERÊNCIAS

- Born, Joachim. 1996. “Plurilingüismo e bilingüismo na Europa e na América do Sul: a União Européia é um modelo para o Mercosul?” Comunicação ao I Encontro de Variação Linguística do Cone Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inédito, 1996.
- Castillo, Ataliba T. de. 1971. “A Linguística na América Latina e no Brasil.” Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*, 29.8.1971, 5.9.1971, 19.9.1971.
- , 1998. *A Língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: Contexto.
- Cerrón-Palomino, Rodolfo. 1993. “Hacia una Filología Amerindia.” *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, pp. 415-418.
- Hamel, Rainer Enrique. 1995. “Direitos lingüísticos como direitos humanos: debates e perspectivas.” *Alteridades* 5: 11-23. 1995.
- Lope Blanch, Juan Manuel. 1969. *La Filología Hispánica en México. Tareas más urgentes*. México: UNAM.
- Meneghel, S. M. 1998. *A Associação das Universidades do Grupo de Montevideu na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Paraná e o CODESUL*, relatório inédito, outubro de 1998.
- Muñoz C., Hector. 1993. “La comunicación entre el indio y el blanco.” *Actas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, vol. II, pp. 421-431.
- Oliveira, Gilvan Müller de e Sílvia Oliveira. 1996. *Formação de professores: um caso de política lingüística nas comunidades Kaingáng*. Florianópolis, inédito.
- Oliveira, Gilvan Müller de. 1997. “O que quer a Linguística e o que se quer da Linguística na Pedagogia da Diferença?: A delicada questão da assessoria ao movimento indígena.” Texto apresentado à *I Conferência Ameríndia*, Cuiabá, 17 a 21 de novembro de 1997, inédito.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1966. "Tarefas da Lingüística no Brasil." *Estudos Lingüísticos* [Instituto de Idiomas Yázigi] I:1.4-12, São Paulo.